

# DINÂMICAS ESPACIAIS NA TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS - RR: UM OLHAR A PARTIR DA INTRODUÇÃO DE OBJETOS ARTIFICIAIS

**Kelson da Luz Oliveira**

Mestre em Geografia pelo PPGGEO – UFRR  
Kelsondaluzz@yahoo.com.br

**Maria Bárbara de Magalhães Bethonico**

Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Professora da Universidade Federal de Roraima – UFRR  
maria.bethonico@ufr.br

## RESUMO

O presente artigo aborda as transformações espaciais ocorridas na região do Alto São Marcos, Terra Indígena São Marcos-RR, a partir da introdução de objetos artificiais no espaço indígena, fundamentado na teoria dos Sistemas de Objetos e Sistemas de Ações de Milton Santos. Os objetos são produtos de uma elaboração social, resultado do trabalho do homem, são exemplos as estradas, fazendas, hidrelétricas, dentre outros. No contexto histórico e geográfico da Terra Indígena São Marcos, grandes objetos foram introduzidos no espaço indígena como a Fazenda Realque deu origem a terra indígena, a BR-174, a cidade de Pacaraima e o linhão de transmissão de energia elétrica entre Venezuela e Brasil. Esses objetos vinculados aos seus sistemas fomentam as transformações espaciais e refletem influências no cotidiano das comunidades indígenas locais.

**Palavras - chave:** transformações espaciais. Terra Indígena São Marcos. Sistemas de objetos. Sistemas de ações.

## ABSTRACT

This article aims to the spacial transformations occurring in São Marcos, São Marcos -RR Indigenous land. Apart from its introduction in artificial objects in the indigenous area, based on Milton Santos'objects systems and action systems theory. These objects are products of a social elaboration, as a result of men's work, some examples of objects road, farms, hydroelectric and others. In the historical and geographic context in São Marcos indigenous land, large objects were introduced into the indigenous area, such as Real farm which initialized its indigenous land, BR174, Pacaraima city and the transmission line of electricity between Venezuela and Brazil. These objects linked to their systems of action foster spatial transformations and reflect influences on the daily lives of local indigenous communities.

**Keywords:** Spatial transformations. São Marcos indigenous land. Objects' systems. Action's systems.



## INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira de 1988 dispõe de vários artigos sobre direitos indígenas – art. 20º, 22º, 49º, 109º, 129º, 176º, 210º, 215º, 216º, 231º e 232º, além do art. 67º do Ato das Disposições constitucionais provisórias (Brasil. Leis, 1993, p.14-17). Assegurou à identificação e a demarcação de terras indígenas, definindo-as como as tradicionalmente ocupadas pelos povos integrantes das várias etnias do Brasil. O artigo 231 destaca:

*São aquelas terras por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários e seu bem-estar as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (CONSTITUIÇÃO, 1988).*

Em cumprimento aos dispositivos legais, a União demarcou, homologou e registrou 46,1% do território do estado de Roraima como terras indígenas, segundo ISA (2016). De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), existem quatro classificações de terras indígenas no Brasil, considerando-se os termos da legislação vigente, Lei 6001 (Estatuto do Índio) e o Decreto n.º1775/96: Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas; Reservas Indígenas; Terras Dominadas e Terras Interditadas. A cada uma com sua característica própria.

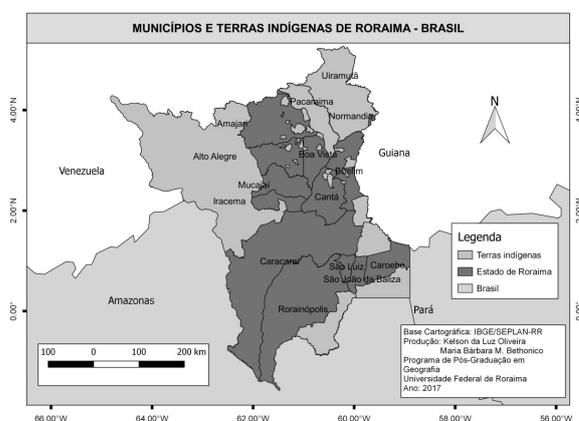
Com a promulgação da primeira Constituição da República em 1891, as terras que já eram ocupadas por indígenas, sofreram um retrocesso com a interpretação equivocada do artigo 64 dessa constituição, que atribuía legislação supletiva aos estados sobre terras devolutas. O estado do Amazonas, do qual fazia parte as terras do atual estado de Roraima, aproveitou a oportunidade para distribuir títulos dessas terras já ocupadas pelos povos tradicionais como sendo terras

como devolutas.

Segundo Frank e Cirino (2010) somente no ano de 1917, com a Lei nº 941, o estado do Amazonas concedeu posse aos indígenas das etnias Macuxi e Jaricuna (os atuais Pemon/Taurepang), como forma de compensar uma injustiça com os indígenas da região, pela interpretação distorcida do artigo 64 da Constituição de 1891. Uma área de pouco mais de 100 mil hectares de reserva se tornou uma estratégia do governo para a liberação final das terras, que antes foram tituladas a posseiros e, finalmente, devolvidas aos indígenas com sua regularização.

Atualmente, no Brasil, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os povos indígenas somam 817.963 pessoas. Desses, 517 mil ou 57,5% vivem em terras indígenas demarcadas por todos os estados da federação. Dados da FUNAI legitimam a existência de 561 terras indígenas, totalizando uma superfície de 116.850.683,5021 ha.

Roraima possuía no ano de 2017, de acordo com Instituto Socioambiental (ISA), 32 terras indígenas regularmente demarcadas, homologadas e registradas. Segundo o IBGE, 83,2% da população indígena do estado vivem em terras demarcadas, formalizando o maior percentual em proporção de todos os estados do Brasil (Figura 1).



**Figura 1 - Terras Indígenas de Roraima**  
**Fonte:** Base Cartográfica IBGE/SEPLAN-RR. Produção dos autores (2017).

Para o líder indígena Ailton Krenak, o conceito de terra indígena para o índio vai muito além da denominação de espaço delimitado pelo Estado. É o lugar místico do índio onde os contos, as lendas e tradições do povo são representados em figuras da natureza, como em rios, serras e florestas, nomeando os lugares e identificando a herança ancestral das tradições. Assim, a terra é o espaço vivo como é viva a cultura ali presente, é vivo e dinâmico como qualquer sociedade externa aos limites das terras indígenas (COHN, 2015).

Entre os espaços reservados a população indígena de Roraima, temos a Terra Indígena São Marcos (TISM), considerada por alguns autores, a exemplo Santilli (2001) e Andrello (2010), como a mais antiga do Brasil por ter sua gênese nos limites da Fazenda do Rei que se delineou pelos campos de Roraima em meados do século XVIII. Atualmente a gestão da TISM é conhecida e organizada internamente pelos seus membros em três sub-regiões: Baixo São Marcos, Médio São Marcos e Alto São Marcos. Este artigo contempla apenas as transformações espaciais geradas pelos sistemas de objetos e sistemas de ações na sub-região do Alto São Marcos.

Como objetivo de analisar os processos de transformações espaciais ocorridas na região do Alto São Marcos, o presente artigo traz uma discussão inicial sobre o conceito de espaço e a teoria dos sistemas de objetos e sistemas de ações, de Milton Santos, considerando-a aplicável a análise proposta. Para tal, utilizou-se de levantamentos bibliográficos, coleta de dados secundários e entrevistas com moradores da comunidade indígena Nova Esperança. O conceito de espaço, os objetos que o compõem e as ações relacionadas decorrem de intenções desde sua origem, sendo que podemos observar mudanças ao longo da história, dependendo dos contextos sociais, culturais e políticos envolvidos. A análise de uma comunidade indígena, a Nova Esperança, permitiu compreender essas transformações e os reflexos no seu cotidiano.

As transformações iniciais ocorrem ainda no período colonial com a implantação das fazendas, entre elas a Fazenda São Marcos que serviu de referência para a área destinada a atual Terra Indígena São Marcos. A posição geográfica desta terra, na parte central do estado de Roraima até a porção norte, na fronteira com a Venezuela, levaram a ser alvo de intenções para novos objetos, como a rodovia BR174 e uma linha de transmissão de energia elétrica que tem sua origem na Venezuela e atravessa parte da terra indígena até atingir a cidade de Boa Vista, capital do estado. Percebe-se que esses novos objetos marcam a vida das comunidades da região e foram reapropriados de diferentes formas, com impactos negativos e positivos conforme a percepção dos moradores, porém, com novas intenções e fluxos, conferindo uma nova dinâmica a essa parte de Roraima.

## O ESPAÇO GEOGRÁFICO E SUA ANÁLISE A PARTIR DOS SISTEMAS DE OBJETOS E SISTEMAS DE AÇÕES

Para Santos (2014) o espaço geográfico é uma instância da sociedade, como temos a instância econômica, cultural e ideológica, e é considerado um fator da evolução social e não apenas uma condição para que esta se desenvolva. O ser humano é o grande transformador da natureza, tornando-a espaço ou, como lembra Correa (2001), o espaço geográfico é a morada do homem. Como o homem é um ser social, logo o espaço tem sua essência neste social, onde inclui-se, além dos elementos materiais (naturais ou artificiais), os culturais, marcando o espaço com objetos que são decorrentes do social e representam um determinado tempo.

O espaço é o maior conjunto de objetos existentes e esses objetos estão em constante interação, como se na vida da sociedade e do espaço, existissem um motor movente

e um motor movido (SANTOS,1987). Como definição da palavra “objeto” no contexto dos sistemas, que configuram o espaço geográfico, o sociólogo francês Jean Braudrillard (2009, p. 214) explica ser: “um elemento do mundo externo, fabricado pelo homem e que este deve assumir ou manipular. [...] ligado à escala humana e um pouco inferior ao próprio homem”. Santos (2014) classifica “objeto” como sendo o produto de uma elaboração social, diferindo-se das coisas, que são os produtos da elaboração natural. Ressalta ainda que as coisas estão cada vez mais sendo substituídas por objetos, já que as coisas, quando utilizadas pelos homens, a partir de intenções sociais passam, também, a serem objetos. As coisas seriam um dom da natureza e os objetos um resultado do trabalho do homem, concebidos para certas finalidades, intencionalmente fabricados e localizados. Frutos da ciência e tecnologia, esses objetos buscam a exatidão funcional, aspirando à perfeição.

Baudrillard (2009) afirma que a ação é a função e a racionalidade para qual o objeto foi criado, assim a função ao emancipar-se do objeto, adquiriu um valor em si. Santos (2014) complementa serem “ações” as intencionalidades, servindo como uma espécie de corredor entre o sujeito e o objeto. A ação envolve uma sequência de atos, como um comportamento orientado, que se dá em determinada situação, regulado e pode envolver um esforço ou motivação. Um dos resultados da ação é alterar, modificar a situação em que se insere. Esse agir pode caracterizar-se como técnico (leva a interação requisitada pela técnica), formal (supõe-se obediência aos formalismos jurídicos, econômicos e científicos) e simbólico (compreende formas afetivas, emotivas, rituais).

Então, o agir gerado pela intencionalidade e finalidade dos objetos criados pelo homem, constituem “as ações”. E a relação, conexão e informações entre objetos e ações formam os sistemas de objetos e ações que compõem o

espaço geográfico, influenciando na dinâmica da sociedade e da vida. Assim, o espaço é formado por um sistema de objetos e ações:

O espaço como reunião dialética de fixos e de fluxos; o espaço como conjunto contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais; e, finalmente [...] o espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixos, fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos (SANTOS, 2013, p. 105).

*Partindo do entendimento que “objetos” são frutos do trabalho do homem, criam-se sistemas de objetos e geram sistemas de ações, moldando o espaço. Destaca-se neste estudo alguns objetos que contribuíram para a atual configuração espacial da região do Alto São Marcos, sendo a Fazenda São Marcos (origem da TISM); a rodovia BR-174; o município e área urbana de Pacaraima e a rede de transmissão de energia elétrica (Linhão de Guri), que atravessa parte da TISM.*

## MODIFICAÇÕES EM ESPAÇOS TRADICIONALMENTE OCUPADOS

Desde os primórdios até os dias atuais, o espaço vem sofrendo inúmeras intervenções do homem, substituindo o ambiente natural por ambientes artificiais. O meio natural, concedido pela natureza a uma determinada sociedade, aos poucos vai cedendo lugar a um meio cada vez mais artificial e instrumentalizado. Quando tudo era natural, o homem escolhia aquela parte considerada fundamental ao exercício da vida. Essa condição natural constituía a base material da existência do grupo. Esse meio natural, de um modo geral, era utilizado pelo homem sem grandes transformações, embora o homem já utilizasse de algumas técnicas na

relação com a própria natureza, entre as quais a domesticação de animais (SANTOS, 2014).

Para Marx (1998) a primeira forma da propriedade foi a da tribo, que corresponde ao tipo rudimentar da produção em que os homens se alimentavam da caça e da pesca, da criação de gado e de uma agricultura incipiente, a qual pressupunha uma enorme quantidade de terras. A divisão do trabalho era então pouco desenvolvida e limitava-se a constituir uma extensão da divisão do trabalho natural que existia no âmbito da família. A estrutura social tornava-se uma extensão da estrutura familiar.

Santos (2014) constata a história do meio geográfico numa sequência de três etapas: o meio natural, concedido pela natureza e pouco invadido ou transformado pelo homem; o meio técnico, que surge com grande impacto da introdução de ferramentas e objetos técnicos na mecanização do espaço; e o meio técnico-científico-informacional, que se inicia após a Segunda Guerra Mundial e se distingue dos demais períodos pelo fato da interação constante da ciência, da técnica e da informação. A ciência e a tecnologia, juntamente com a informação, estão na base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço na atualidade.

Na sequência deste artigo, destaca-se uma evolução histórica de uma parte do espaço roraimense, região do Alto São Marcos, em períodos que se assemelham as etapas descritas do meio geográfico constatado por Santos (2014), ou seja: o meio natural, considerado aqui no período antes da chegada dos portugueses nas terras indígenas; o meio técnico, com a implantação das fazendas nacionais como objetos técnicos da posse efetiva das terras, além da criação de gado e manutenção da terra; e o meio técnico-científico-informacional, com as grandes transformações no espaço a partir do aparato das novas tecnologias e informações, como é o caso a construção da BR-174, criação do município de Pacaraima e a construção

do linhão de energia elétrica que até os dias atuais subsidia a potência energética do estado.

## DA FAZENDA REAL A TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS

A gênese da Terra Indígena São Marcos remonta a própria história de colonização do rio Branco, empreendida pelos portugueses a partir do século XVIII, na defesa de suas terras contra as invasões dos espanhóis e holandeses. Em 1775 é construído o Forte São Joaquim e em 1787 é implantada a Fazenda Real que depois, com a posse de mais duas fazendas de particulares, se tornariam as Fazendas Nacionais (ANDRELLO, 2010).

Santilli (2001) ressalta que a atividade pecuarista introduzida na região através das Fazendas Nacionais foi uma iniciativa oficial, visando integração da região do Rio Branco ao mercado interno colonial com o fortalecimento de carnes e couro à capitania de São José do Rio Negro e, dessa forma, torná-la um polo de atração e fixação de colonos.

Essas fazendas ficavam sob a administração do Forte São Joaquim, que representava o poder do governo na região por um longo período. Seus atos administrativos eram subordinados ao Governo da Capitania de São José do Rio Negro e a Tesouraria da Fazenda. O Governo provincial, desde meados do século XIX, vinha tentando fomentar o povoamento dessa região por colonos civis, muito embora sem sucesso nos resultados iniciais, como é o caso da ocupação da freguesia Nossa Senhora do Carmo que, em 1856, encontrava-se inteiramente despovoada (FARAGE; SANTILLI, 1992).

O Governo da Capitania de São José do Rio Negro iniciou essa política de ocupação com a pecuária na região, cabendo ao seu administrador, Manuel da Gama D'Almada, introduzir as primeiras cabeças de gado na região. Nessa lógica, a Fazenda Real, portanto, é criada para assegurar o domínio da região

(CIRINO, 2015). Duas outras fazendas, de propriedades particulares, são criadas em momentos seguintes com data imprecisa, são elas: São Marcos, fundada pelo Capitão Nicolau de Sá Sarmento, que havia comandado o forte de São Joaquim; e São Bento, de posse de José Antônio Évora, um dos comerciantes mais ricos da capitania de São José do Rio Negro. Todavia, essas duas fazendas passariam ao domínio do Estado após a morte do capitão Sá Sarmento, sem herdeiros, e da falência da família Évora. Tornaram-se, assim, as Fazendas Nacionais.

Em 1878, o Ministério da Fazenda viria a precisar os limites das três Fazendas Nacionais do Rio Branco, ficando a Fazenda São Marcos com as seguintes dimensões:



*Ao Norte confina com terreno neutro que termina na cordilheira de Pacaraima, lado pouco explorado; ao Sul, com o rio Branco e Tacutu, sendo ahi a confluência destes dous rios; a Leste, com o Tacutu e Surumu; a Oeste, com o rio Branco e Parimé. Tem 60 léguas quadradas aproximadamente de extensão (ANDRELLO, 2010,p.71).*



Os limites instituídos pelo Ministério da Fazenda em 1878 coincidem precisamente com os limites atuais da Terra Indígena São Marcos:



*Representa uma faixa de terras com uma extensão total de 654.110 hectares limitada a oeste pelo rio Parimé e a leste pelo rio Surumu e Miang; no sentido norte-sul, inicia-se a partir da junção dos rios Tacutu e Uaricoeira, onde encontra-se o Rio Branco, estendendo-se até a fronteira Brasil/Venezuela (ANDRELLO, 2010,p.68).*



O Ministério da Fazenda passa a administrar as Fazendas Nacionais por se tratarem de áreas de fronteira ainda em litígio e com um peso geopolítico estratégico

para a estruturação dos marcos fronteiriços brasileiros no extremo norte. Com o advento do período Republicano e a interpretação distorcida do art. 64 da Constituição de 1891, que atribuía legislação supletiva aos Estados sobre terras devolutas, Diniz é favorecido pelo Governo do Amazonas, que passa a distribuir títulos de propriedade nas terras das fazendas nacionais. Em 1900 o Governo do Amazonas, amparado pelo Decreto nº 7 de 20 de novembro de 1899, abre uma concorrência pública para venda das Fazendas Nacionais. Porém o Ministério da Guerra manifesta-se contrário à venda por se tratar de área de fronteira internacional.

Em 1912 a fazenda São Marcos passa à colonização direta do Ministério da Agricultura, pelo decreto nº 2513-A, ficando a Superintendência da Defesa da Borracha encarregada da administração da fazenda. Em 1915, com a extinção da Superintendência da Defesa da Borracha, os cuidados sobre a manutenção da fazenda São Marcos ficam com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (ANDRELLO, 2010). Nesse contexto, as ações de serviços aos indígenas da região ficaram concentradas na sede da fazenda com a instalação de um posto indígena, recebendo melhorias como o atendimento a saúde, medição e demarcação da fazenda, implantação de uma escola agrícola indígena em regime de internato, benfeitorias e incremento dos rebanhos e dessa forma agregando cada vez mais a população indígena.

Andrello (2010, p.78) relata que partir do início da década de 1930, o SPI começa a apresentar sinais de declínio em suas atividades na Fazenda São Marcos, quando “surtem denúncias de roubo e desvio de gado, o contrabando de produtos da Venezuela passa a ser praticado nos campos de São Marcos, prédios e plantações abandonadas na fazenda”, e assim o patrimônio nacional foi sendo saqueado e dilapidado as vistas impotentes e também coniventes das autoridades.

Com a extinção do SPI em 1969, a FUNAI assume a administração da fazenda São Marcos e no seu primeiro ato administrativo transforma a fazenda em Colônia Indígena Agropecuária de São Marcos. Em 1972 cria a Ajudância autônoma de Boa Vista, que garante aos índios que habitavam a área posse permanente e usufruto exclusivo dos recursos naturais e utilidades nela existentes. Em 1974 uma nova portaria muda o nome da fazenda para Colônia Agrícola Indígena de São Marcos, como previa o Estatuto do Índio, para uma legalização das posses particulares existentes. Em 1975 outra portaria revogou a portaria anterior e determina a volta do nome Colônia Indígena Agropecuária de São Marcos, que permaneceu até 1990, a Portaria n. 1149 de 22/11/1990, a qual atribui o nome de Área Indígena.

Em 1975 São Marcos perde cerca de 1000 hectares para implantação do Pelotão de Fronteira do Exército Brasileiro. Em 1976 é realizada a demarcação física terra indígena, considerada a mais antiga do Brasil. Em 1991 ocorre a homologação da demarcação da Terra Indígena São Marcos, efetivada no Decreto Presidencial Nº 312 de 29 de outubro de 1991, pelo então presidente da República, Fernando Collor de Melo, estabelecendo a caracterização de ocupação tradicional e permanente indígena (SANTILLI, 2001).

A Terra Indígena São Marcos tem como uma de suas características a diversidade, tanto paisagística (áreas de lavrado ao sul e serras ao norte) quanto dos povos que ali habitam (Macuxi, Taurepang e Wapichana). Como forma de otimizar a gestão das 45 comunidades, das diferentes necessidades e condições geofísicas, esta terra indígena foi dividida em três sub-regiões, organizadas em agrupamentos de comunidades indígenas, formando as regiões do Baixo São Marcos, com 12 comunidades, do Médio São Marcos, com 09 comunidades, e na região do Alto São Marcos com 24 comunidades, espalhadas por dois municípios do estado, Boa Vista e

Pacaraima (Quadro 1).

REGIÃO BAIXO SÃO MARCOS	REGIÃO MÉDIO SÃO MARCOS	REGIÃO ALTO SÃO MARCOS
COMUNIDADES	COMUNIDADES	COMUNIDADES
1. AKAM	1. CARANGUEIJO	1. ALDEIA SAMÃ
2. CAMPO ALEGRE	2. LAGOA	2. ARAI
3. DARORA	3. MARUAI	3. BANANAL
4. ILHA	4. MONTE CRISTAL	4. BOCA DA MATA
5. MAUIXE	5. PATO	5. CACHOEIRINHA
6. SÃO MARCOS	6. PERDIZ	6. CURICACA
7. VISTA ALEGRE	7. ROÇA	7. ENTRONCAMENTO
8. VISTA NOVA	8. TIGRE	8. GUARIBA
9. BOM JESUS	9. XIRIRI	9. INGARUMÃ
10. LAGO GRANDE		10. KAUWE
11. MILHO		11. NOVA ESPERANÇA
12. TRES IRMAOS		12. NOVA JERUSALÉM
		13. NOVA MORADA
		14. NOVO DESTINO
		15. OURO PRETO
		16. SABIÁ
		17. SAMÃ 1
		18. SAMÃ II
		19. SANTA ROSA
		20. SOL NASCENTE
		21. SOROCAIMA I
		22. SOROCAIMA II
		23. TARAÚ PARÚ
		24. ALELUIA

**QUADRO 1** - Sub-regiões da Terra Indígena São Marcos.  
**Fonte:** SESAI (2017). Adaptado pelos autores.

As estratégias de segurança e proteção das terras do extremo norte do país no século XVIII pelos colonizadores proporcionaram a produção e a configuração do espaço que, atualmente, é constituído na região do Alto São Marcos e até mesmo todo o estado de

Roraima. Nesse primeiro momento ocorreram as seguintes transformações espaciais: construção do Forte São Joaquim em 1775; criação da Fazenda Real em 1787; criação das fazendas Nacionais em 1878 (Fazenda São Marcos, Fazenda São Bento e Fazenda São José); em 1906 apenas a Fazenda São Marcos prospera; em 1975 a Fazenda São Marcos exclui 1000 hectares para construção do Pelotão Especial de Fronteira, iniciando o processo de povoamento institucionalizado na fronteira; em 1976 é realizada a demarcação da terra indígena e em 1991 é homologada a Terra Indígena São Marcos.

Neste contexto histórico da região do Alto São Marcos, a Fazenda Real surge no espaço brasileiro como um mecanismo de posse e defesa das terras do norte do país e, ao longo do tempo, vai se transformando num espaço voltado aos interesses dos indígenas que ali habitavam, com benefícios aos mesmos até, finalmente, chegar ao status de terra indígena. Toda uma dinâmica surge a partir do objeto “fazenda”, implantado com finalidades diferentes ao longo de dois séculos.

Essa discussão retrata, mais uma vez, as afirmações de Santos (2014) sobre os sistemas de objetos e sistemas de ações, onde cada objeto gera ações que podem ou não divergir da funcionalidade para qual o objeto foi construído, como foi o caso da evolução da Fazenda Real (que apresentava inicialmente ações específicas com a pecuária) para a Terra Indígena São Marcos (que gerou ações específicas para os povos indígenas).

## A CONSTRUÇÃO DA BR-174

Outro objeto que vai apresentar grandes transformações no espaço indígena analisado é a rodovia BR-174, que liga a cidade de Manaus, no estado do Amazonas, à cidade de Pacaraima em Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela. A construção desse objeto ocorre num período de profundas transformações mundiais na economia política do capitalismo

em meados do século XX. Segundo Harvey (2006) esse período deixou sinais e marcas em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado.

Harvey (2006) afirma que o capitalismo necessita e expressa uma permanente preocupação quanto à criação das infraestruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital. Como infraestrutura física, entende-se as construções no espaço externo, como estradas, portos, aeroportos, cidades, etc., e na infraestrutura social entram os serviços num espaço interno como educação, saúde, justiça, administração pública, execução das leis e defesa militar. Neste contexto, a BR-174 surge como um objeto de infraestrutura física criado, como alicerce capitalista para o avanço e a circulação de mercadorias, pessoas e serviços, na área terrestre, interligando Roraima ao restante do Brasil e também com a Venezuela, fomentando o fluxo de capital.

Santos (2014) ressalta que a configuração do espaço é formada de elementos fixos e fluxos. Para o autor, os fixos nos dão o processo imediato do trabalho empregado para a composição do objeto. Nesse caso, usa-se como exemplo de fixo a rodovia BR-174, que por sua vez atrai fluxos diversos, com finalidades variadas que também compreende um espaço internacional, tendo em vista a interligação com a Venezuela. Os fluxos gerados pela BR-174 afetam direta ou indiretamente as comunidades indígenas próximas à rodovia, tanto de forma positiva como, também, negativa.

Como exemplo positivo da BR destaca-se a facilidade e rapidez no acesso a centros maiores em busca de tratamento médico. Porém, há fluxos negativos como o contrabando e descaminho de combustível que se dá com frequência pela rodovia, ou mesmo a morte de indígenas por atropelamento na rodovia, tendo em vista que cinco comunidades do Alto São Marcos localizam-se às margens

da BR-174 (Boca da Mata, Sorocaima, Sabiá, Entroncamento e Nova Esperança), com uma população estimada em 1.497 indivíduos (SESAI, 2017).

A construção da rodovia BR-174, na década de 1970, é considerada um marco no sistema de comunicação via terrestre de Roraima com qualquer outra parte do Brasil. Porém, esse imponente objeto que atravessa parte da floresta Amazônica e dos campos de Roraima, trouxe forte impacto no meio ambiente e na vida das comunidades indígenas que se encontravam em seu percurso, como os índios Waimiri Atroari, ao sul de Roraima, e os Macuxi, Taurepang e Wapichana localizados ao norte. Essa situação obrigou esses povos a uma nova estruturação de seus territórios a partir da transformação espacial com a rodovia.

Bethonico et al. (2014) referindo-se ao povo Waimiri Atroari, atribuiu história da construção da BR-174 como uma tradução dos conflitos gerados pelo poder dominante do Estado sobre o território de um povo que teve seu cotidiano alterado, a partir do discurso do progresso. Muitos interesses estavam atrelados à construção da rodovia, entre eles o domínio do Governo Federal brasileiro sobre uma parte da Amazônia e o interesse do sistema capitalista por mais uma fonte de exploração de recursos naturais e expansão de mercado. Por outro lado, a abertura da rodovia significava, para os povos da floresta que ali habitavam, uma fragmentação de seu território e, por tais motivos, não eram favoráveis a introdução desse novo objeto no ambiente natural.

Os esforços indígenas não contiveram a ação, e a BR-174 que atravessa uma vasta área de floresta e de lavrado, se efetivou no espaço geográfico como uma enorme cicatriz na floresta. O exército do período militar agiu de forma repressiva e truculenta contra os indígenas para alcançar seus objetivos de execução da obra dentro do território dos Waimiri Atroari, fato que ocasionou a morte

de muitos indígenas.

Barbosa (1993) afirma que a rodovia BR-174 formou-se a partir de um embrião da BR-17 que ligava Boa Vista a Caracaraí. Essa BR-17 foi construída pelo Governo Territorial do Rio Branco, atual Estado de Roraima que, recém-instado, incumbiu-se de promover o desenvolvimento econômico na região, iniciando trabalhos de infraestrutura necessários a nova unidade federativa. Segundo Batista (2007), o estado levou mais de 20 anos para concluir os 139 km, que ligam Boa Vista à Caracaraí.

Roraima até o início da década de 1970 não tinha uma ligação terrestre com o restante do Brasil. Galvão (2012, p. 229) destaca que “o rio Branco era navegável apenas quatro meses ao ano, e somente em parte de sua extensão total, e durante dois terços do ano todos os provimentos eram recebidos por via aérea a preços exorbitantes”. A rodovia BR-174, em sua extensão completa de 974 km, ligando Manaus/AM a cidade de Pacaraima/RR, foi contemplada no Plano de Integração Nacional (PIN) elaborado pelo Governo Militar no ano de 1970, para o desenvolvimento e ocupação da Amazônia. Parte da verba para conclusão da BR-174 era proveniente do Ministério do Exército e este fato permitia o cunho de segurança nacional a essa ação, proporcionando uma estratégia geopolítica contida nos projetos dos governos para Amazônia.

De acordo com Magalhães (2008) o período de 1970 a 1975 caracterizou-se pelo aumento expressivo da importância do papel do Governo Federal na Amazônia. Com o tema da integração nacional almejava-se implantar um grande programa de construção rodoviária, em conjunto com assentamentos de patrocínio oficial ao longo das principais vias amazônicas, fortalecendo o desenvolvimento econômico da região. Como lema de “Integrar para não entregar”, o objetivo central do PIN era a ocupação das terras amazônicas por meio de projetos de colonização, sendo selecionadas

algumas áreas para o recebimento desses projetos, como áreas estratégicas para o desenvolvimento regional. Uma de suas diretrizes era a implementação de rodovias, por áreas distintas com a intenção de transformá-las em corredores do desenvolvimento para a região amazônica, como foi o caso da BR-174, assim como a transferência de colonos para trabalhar nessas áreas. A conclusão dessa rodovia proporcionou a Roraima quebrar o seu relativo isolamento com o restante do Brasil.

A ideia de ocupar os espaços e desenvolver a região produziria fluxos migratórios e com eles graves consequências para os povos indígenas habitantes do então Território Federal de Roraima. Segundo Andrello (2010), duas invasões se concretizaram sob a então Fazenda São Marcos, a primeira iniciada já ao final do século XIX, adentrando pelas décadas seguintes com as fazendas de gado nas margens dos rios Parimé e Surumu, e a segunda invasão com a construção da BR-174, que atraiu inúmeros posseiros agricultores em suas margens.

No ano 1973 a rodovia BR-174 foi concluída no trecho que liga Boa Vista até a fronteira com a Venezuela e é inaugurada pelo Presidente Médici, em visita à Santa Elena de Uairém na Venezuela. De Boa Vista até o marco da fronteira venezuelana a construção ficou a cargo do 6º Batalhão de Engenharia e Construção. O trecho de construção da rodovia que se deslocava de Manaus ao norte, ficava com atuação do 2º Grupamento de Engenharia. Completado o trecho de Manaus-Caracarái, a ligação terrestre de Brasília (capital do Brasil) a Caracas (capital da Venezuela) se concretizava, uma vez que a Venezuela já implantara uma estrada de Santa Elena, na fronteira brasileira, até sua capital (BATISTA, 2007).

Iniciado em meados dos anos 1940 pelo recém-instado Território Federal do Rio Branco, passando pela gestão dos governos militares do Brasil e pela criação do estado

de Roraima, somente em 1998 as obras de pavimentação completa dos 974 km da BR-174 foram concluídas. Com a pavimentação da rodovia o comércio entre Brasil e Venezuela se intensificou e fomentou, também, o turismo, com destaque para o grande fluxo de brasileiros, nos períodos de férias no Brasil, seguindo um percurso terrestre de Manaus até o mar do caribe, no litoral venezuelano.

Com a criação da BR-174 percebem-se, primeiramente, as transformações diretas ao meio ambiente, com o desmatamento para formar o percurso da estrada, construção de pontes, aterramento de lagos e igarapés, dentre outros. Depois, o impacto nas comunidades indígenas, localizadas próximas ao empreendimento e dos conflitos para realização da obra que deixaram inúmeros mortos entre o povo Waimiri Atroari. Por outro lado, a BR-174 trouxe para Roraima a comunicação e a mobilidade com o resto do Brasil, possibilitando uma relação comercial com preços mais atrativos à população local, o transporte de pessoas e mercadorias, além da interligação com a Venezuela, estreitando, também, as relações comerciais com o país vizinho. A BR-174, ao ser concretizada, acrescenta ao estado de Roraima uma importância que vai além da funcionalidade do objeto, atingindo um patamar social, na mobilidade com o resto do país, e econômico, com o fluxo intenso de capital na circulação de mercadorias.

Com a conclusão final da pavimentação da BR em 1998, o Exército brasileiro que se fazia presente desde a década de 1970, se retirou da Terra Indígena Waimiri Atroari, deixando a tarefa de fiscalização da área e as restrições de circulação no percurso da terra indígena para o Programa Waimiri Atroari. Este programa foi criado em função de um convênio firmado entre a FUNAI, comunidade Waimiri Atroari e os governos estaduais do Amazonas e de Roraima para oferecer aos indígenas condições de melhor enfrentar as dificuldades do relacionamento com a

sociedade brasileira e atenuar os impactos dos grandes empreendimentos, como a BR-174 e a usina hidrelétrica de Balbina, que atingiram o território tradicional dos indígenas (BETHONICO et al., 2014).

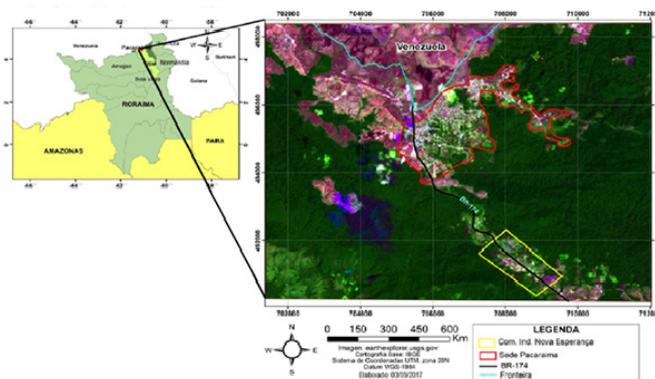
É válido ressaltar que o Estado apresenta maiores interesses na instalação do objeto rodovia BR-174, pois possibilita um controle do território brasileiro, contemplando a expansão capitalista na região, porém sem considerar os territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas e os impactos que sofreriam. Todas essas engrenagens de sistemas refletem diretamente na modelagem do espaço geográfico e na vida dos indivíduos ao seu redor, como é o caso da comunidade indígena Nova Esperança, localizada às margens da rodovia.

## A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA

A cidade de Pacaraima é mais um objeto que influencia as transformações espaciais e sociais nas comunidades indígenas que compõem a Terra Indígena São Marcos (Figura 2). Esse município apresenta uma particularidade ímpar no estado, tem sua sede cravada no interior da Terra Indígena São Marcos. Esse fato deu-se pelo motivo da fundação do município ser posterior a demarcação e homologação da terra indígena, diferente dos municípios de Uiramutã e Normandia, que foram fundados antes da demarcação e homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, tendo suas sedes excluídas da terra indígena.

Batista e Veras (2012) ressaltam que a configuração territorial do município de Pacaraima teve sua gênese no período colonial, com a instalação da Fazenda Real, para garantir a posse das terras localizadas ao norte do vale do rio Branco. No entanto, o marco inicial para o povoamento no espaço que hoje se encontra a sede do município ocorreu em 1975, com a exclusão de 100

hectares da Fazenda São Marcos na fronteira, para implantação do Pelotão Especial de Fronteira, autorizado pelo Ministério do Exército.



**Figura 2 - Sede do município de Pacaraima**  
**Fonte:** Elaboração dos autores (2017).

De acordo com Rocha e Silva (2012), a instalação do Terceiro Pelotão Especial de Fronteira e a abertura da rodovia BR-174 na década de 1970, foram grandes ações do Governo Federal que intensificou o processo de ocupação da referida área, principalmente nas proximidades da fronteira com a Venezuela, dando origem a uma pequena vila denominada BV-08 (marco de fronteira Brasil - Venezuela de número 08), habitada, principalmente, por militares e seus familiares que ali se instalavam. Essa vila deu início ao processo de urbanização que levou à criação da cidade de Pacaraima.

Santilli (2001, p.121) ressalta o precedente da criação do município de Normandia, que se assemelha aos moldes da criação de Pacaraima e Uiramutã e a instalação de suas sedes em terras indígenas:

No início da década de 1980 [...] o governo do então Território Federal de Roraima estabeleceu o município de Normandia, encravado no extremo leste da área indígena; contava para tanto com a população de comerciantes e os trabalhadores para ali atraídos pela instalação do Batalhão Especial de Fronteiras nos anos 70. Do município de Normandia desmembrar-se-ia o município de Uiramutã. Já o planejado município de Pacaraima

provinha igualmente do adensamento populacional provocado pela instalação de base militar na fronteira com a Venezuela.



Tanto empenho em criar municípios, destaca o autor, fazem parte de estratégias da elite política local para inviabilizar, na prática, o processo administrativo de demarcação de áreas indígenas contínuas no estado. Porém, a Terra indígena São Marcos já estava homologada desde 1991 e o município de Pacaraima foi instituído em 1992, um ano após a homologação da terra indígena, ficando dentro da mesma. Caso diferente ocorrido nos municípios de Normandia e Uiramutã, que foram criados antes da demarcação e homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, ocorrida em 2005, e resultou na exclusão de seus perímetros urbanos da referida terra indígena.

Contribuindo com a questão, Rocha e Silva (2012) destacam que a atual área do município de Pacaraima pertencera a Fazenda São Marcos e hoje incide sobre a Terra Indígena São Marcos. A ação é considerada uma tentativa de manutenção de não índios nas áreas passíveis de demarcação contínua, além da questão geopolítica que envolve uma fronteira seca entre dois países, onde a presença de militares e áreas de urbanização reforçam a segurança e soberania do país.

A vila de Pacaraima é elevada a categoria de município com a Lei Estadual nº 96 de 17 de outubro de 1995. Em seu artigo 3º dispõe: “A sede do município será a vila de Pacaraima, e sua instalação ocorrerá no dia 1º de janeiro de 1997, com a posse do prefeito, do vice-prefeito e vereadores eleitos em 03 de outubro de 1996”.

Ao passar de vila à condição de cidade, Pacaraima adquire autonomia nas ações político-administrativas, com seus representantes legais eleitos pelo povo, trabalhando e implementando políticas voltadas ao desenvolvimento da cidade.

## INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA BRASIL/VENEZUELA: LINHÃO DE GURI

Em se tratando de objetos construídos pelo homem, com contribuições nas transformações do ambiente indígena, não podemos deixar de falar da rede de transmissão de energia elétrica entre Brasil e Venezuela, intitulado “linhão de Guri”. Esse linhão de transmissão de energia origina-se na Central hidroelétrica Simón Bolívar, mais conhecida como represa de Guri, na Venezuela. Essa obra teve como objetivo sanar uma necessidade energética de Roraima, com vistas a garantir uma energia de maior qualidade e menor custo.

Galvão (2012) relata que o “ponta pé inicial” para a interligação energética entre Brasil e Venezuela se deu a partir da crise bilateral envolvendo garimpeiros brasileiros na Venezuela. A convivência do lado brasileiro de fazendeiros e políticos incentivou a expansão do garimpo no estado e colaborou para constantes enfrentamentos entre índios e garimpeiros no final do século XX. A repercussão dos confrontos nas mídias dos dois países gerou comoção nacional e internacional. Os incidentes entre índios Yanomamis e garimpeiros brasileiros desencadearam uma crise bilateral, mas por outro lado, aproximava os dois países na união para solucionar os problemas. Com isso, a cidade de Boa Vista passa a sediar encontros importantes para governança dos problemas envolvendo garimpeiros, índios e demais questões transnacionais.

O Presidente da Venezuela, Rafael Caldera realiza, uma importante visita ao Brasil em maio de 1996. Com o Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, estabelecem acordos bilaterais em diversas áreas de interesse de ambos os países, dentre elas a interligação energética da Venezuela ao Brasil, abastecendo assim a região norte.

Ainda no encontro dos presidentes no Brasil, ao examinarem a proposta apresentada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para o estabelecimento de uma matriz energética sul-americana, os dois presidentes coincidiram em que a excepcional dotação de recursos da Venezuela em diversos campos energéticos constituiria elemento central da parceria entre o Brasil e a Venezuela.

Em abril de 1997 os presidentes reúnem-se em Boa Vista e Manaus para o lançamento do edital de licitação das obras da linha de transmissão de energia elétrica da Venezuela para o estado de Roraima, e na ocasião assinam acordos de petróleo e energia elétrica (GALVÃO, 2012). Com previsão para iniciar suas operações em 1998, o linhão de transmissão de energia sofreu atrasos do lado venezuelano e só começou a operar no dia 22 de julho de 2001, tendo sua inauguração oficial no dia 13 de agosto pelos Presidentes do Brasil Fernando Henrique Cardoso e da Venezuela Hugo Chaves. A cidade de Boa Vista ficou sendo a maior beneficiada com a importação de 200 megawatts (MW) dia, garantidos por vinte anos, o que corresponde a quase o triplo do consumo anterior realizado pelas usinas termoeletricas que chegava a 70 MW dia.

O novo sistema exigiu investimentos de US\$ 185 milhões, sendo 130 milhões da Venezuela e US\$ 55 milhões do Brasil. Do lado venezuelano, o linhão tem 508 quilômetros de transmissão do complexo hidrelétrico de Guri-Macáguas à cidade de Santa Elena de Uairém. No lado brasileiro, o linhão possui 191 quilômetros de extensão da fronteira a cidade de Boa Vista, e uma rede de mais 23 quilômetros para distribuição de energia na capital e cidades vizinhas (JORNAL O ESTADÃO, 2001).

De acordo com Repetto (1999) o valor referente ao convênio por parte do Brasil foi financiado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES) e Banco do Brasil, sendo que o Brasil contrataria um empréstimo com a Corporação Andina de Desenvolvimento (CAF), equivalente a 50% do capital. O valor teve que ser recuperado em 5 anos a partir de venda de energia, o que o torna um projeto altamente lucrativo, garantindo um fluxo de energia contínuo para o desenvolvimento de Roraima. No que se refere à capacidade das estações, os transformadores expandiriam de 50 a 200 megawatts a energia disponível na cidade de Boa Vista.

Depois de muitas negociações, as comunidades indígenas aceitaram a passagem da rede de transmissão de energia elétrica a partir das seguintes reivindicações: 1) recuperação de todas as áreas degradadas pelas obras de construção; 2) compensar todos os ativos individuais de segurança; 3) remover todos os fazendeiros que ainda se encontravam na TISM; 4) Financiar os custos da compensação (R\$ 4.700.000 reais de acordo com o inventário FUNAI de 1994); e 5) financiar um sistema de vigilância para prevenir novas invasões. Vale ressaltar a participação conjunta nesses comitês de representantes da Eletronorte, FUNAI e comunidades indígenas, o que foi garantido (REPETTO, 1999).

A Eletronorte aceitou as reivindicações. Porém, dois pontos não foram atendidos: um relativo à situação da sede Pacaraima, que foi deixada de fora das negociações; e outro sobre o valor de 4,7 milhões, considerado muito alto em relação ao baixo impacto que a obra causaria, propondo um valor estipulado através de estudos, de R\$ 3,5 milhões de reais. Se o valor final fosse inferior, o saldo estaria disponível para as comunidades que participaram das negociações através das organizações que operam na área (Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIR) e, também, a Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental-TWM). Se o valor final excedesse 3,5 milhões, a Eletronorte cobriria a diferença.

Com base em depoimentos de

lideranças indígenas, Repetto (1999) afirma que o valor final das compensações excedeu os 3,5 milhões acordados e que para as comunidades haveria apenas um saldo aproximado de R\$ 129.000 reais, proveniente da compensação das árvores derrubadas. Esse valor foi compartilhado entre as organizações que apoiaram as negociações e a retirada dos invasores (APIR e TWM). A Eletronorte colocou um caminhão e um ônibus à disposição das comunidades e criou uma nova instituição indígena, Associação dos Povos Indígena da Terra São Marcos (APITSM), responsável em administrar esse patrimônio (REPETTO, 1999).

A partir do objeto linha de Guri, surgem sistemas de ações envolvendo o contexto indígena e a obra de execução da transmissão de energia elétrica dentro da terra indígena. Com destaque para os sistemas de ações envolvendo a desintrusão total da terra homologada, o financiamento de projetos de desenvolvimento e fiscalização da terra, firmados pelas comunidades indígenas, a empresa Eletronorte e a FUNAI.

Como parte das ações vinculadas ao objeto linha de Guri, as lideranças indígenas da região exigiram a retirada por completo dos fazendeiros que ali resistiam, mesmo depois da homologação da terra indígena. Foi investido, pela empresa, um montante de 4,5 milhões de reais com indenizações aos fazendeiros para desintrusão total da área. Os convênios de fiscalização da terra indígena tiveram o valor anual de 800 mil reais no período de 2000 até 2003, e foi renovado de 2004 a 2008 com um valor maior, no total de 1,2 milhão anuais. Esse valor foi administrado pelas comunidades através do APITSM, criada para gerir o patrimônio da TISM (MANDUCA; SILVA; ALMEIDA, 2009).

As ações do “objeto linha” voltadas para terra indígena foram opostas às finalidades para qual o objeto foi construído, que era de transmitir energia elétrica para o estado de Roraima. Porém, na região do Alto São Marcos as ações do objeto beneficiaram

a posse da terra e o desenvolvimento de projetos específicos. Nos dias atuais muitas comunidades indígenas da região, cortadas pelo linha, não utilizam energia elétrica do linha, como é o caso da comunidade Nova Esperança.

Esse objeto técnico efetivou as negociações estabelecidas entre os governos de Brasil e Venezuela, solucionando alguns problemas detectados na fronteira, contribuindo financeiramente para retirada de fazendeiros da Terra Indígena São Marcos, além de financiar projetos de fiscalização e criação de animais nas comunidades da região. Dessa forma, o mesmo objeto gerou sistemas de ações diferentes que beneficiaram tanto as populações indígenas quanto não indígenas.

## O REFLEXO DOS GRANDES OBJETOS NO COTIDIANO DA COMUNIDADE INDÍGENA NOVA ESPERANÇA

A comunidade indígena Nova Esperança formou-se as margens da BR-174 no sentido norte do estado, apenas 4 km da sede do município de Pacaraima. A ação de criação da comunidade teve origem com a Senhora Rosilene Pereira - Dona Rosa, que por motivo de uma separação matrimonial, em julho de 1987 decidiu sair da comunidade Sorocaima II, também na região do Alto São Marcos, onde vivia, e estabeleceu um novo lugar para residir. Com o advento da chegada de outras famílias no local, formou-se um novo povoado que, em 13 de agosto de 1996, foi oficialmente constituída como Comunidade Indígena Nova Esperança (Figura 3).



**Figura 3** - Comunidade Indígena Nova Esperança/TISM

Fonte: Caleffi (2017). Organizado pelos autores.

No contexto dos sistemas de objetos e ações, a comunidade apresenta seu espaço composto por seus objetos internos como casas, escola, igreja, posto médico, roças, dentre outros. Esses objetos geram fluxos de ações a partir de suas finalidades, compondo o espaço local. Porém, os sistemas internos da comunidade se relacionam com os sistemas de objetos e ações externos, como é o caso das relações com os objetos descritos (BR-174, a sede da cidade de Pacaraima e o Linhão de Guri). Toda essa teia de relações constitui o espaço vivido da região do Alto São Marcos, mais especificamente da comunidade Nova Esperança.

A BR-174 foi o referencial inicial para a fundação da comunidade, tendo em vista a localização espacial às margens da rodovia, o que facilitou no acesso a outras localidades, no transporte de mercadorias e materiais, dentre outros benefícios, além da própria estrutura do lugar obedecer aos traçados da rodovia. Porém, a rodovia também apresenta consequências negativas nessa relação. Em entrevistas realizadas com os moradores mais antigos, com os pais dos alunos e com as lideranças da comunidade, foi unânime a admissão da importância da rodovia para a comunidade, mas com ressalvas para os perigos envolvendo o constante fluxo de veículos, o que já ocasionou óbitos de moradores por atropelamentos; furtos na comunidade; depredação de objetos internos próximos à estrada. Logo, os sistemas de objetos e ações

envolvendo a comunidade Nova Esperança e a BR-174 geram tanto consequências positivas quanto negativas na dinâmica espacial.

A relação de sistemas entre os objetos “comunidade indígena” e a “sede do município de Pacaraima”, coloca em contato duas sociedades com costumes e tradições parcialmente diferentes. É válido ressaltar que muitos costumes tradicionais indígenas, ao longo dos anos, já sofreram modificações pelo contato com os não-índios. Porém, um modo de vida diferenciado ainda prevalece, com o respeito ao espaço natural, instâncias de decisões coletivas (as assembleias da comunidade), os costumes de alimentação, a valorização dos conhecimentos dos anciãos, o trabalho coletivo na manutenção e preservação da comunidade, além do compartilhamento, quando necessário, de bens e produtos. Na sociedade não-indígena, o modo de vida é pautado no desenvolvimento capitalista, onde o que mais prevalece é o lucro e o consumo frente à coletividade e a qualidade de vida dos seus habitantes.

Nessa relação entre os dois sistemas de objetos e ações (o sistema endógeno da comunidade indígena e o sistema exógeno da sociedade não-indígena), o sistema maior se sobressai e influencia o sistema menor que, ao longo do tempo, acaba agregando um modo de vida mais capitalista no seu espaço local. O acesso fácil a produtos industrializados na cidade de Pacaraima permite ao indígena se deslocar até um supermercado ou feira e comprar seu alimento, substituindo, dessa forma, o modo tradicional do indígena conseguir seu alimento, através da roça, da caça ou da pesca. Esse modo tradicional é pouco alterado em comunidades indígenas distantes das cidades. Logo, a influência da cidade nas proximidades da comunidade afeta diretamente o modo de vida do índio na comunidade Nova Esperança.

Os riscos que as cidades apresentam, principalmente fronteiriças como Pacaraima, com questões de bebidas alcoólicas, drogas

ilícitas, prostituição e violência física, também podem influenciar negativamente nas comunidades indígenas, levando esses problemas ou as consequências deles para dentro das comunidades. Por outro lado, foram detectados na pesquisa com a comunidade os benefícios gerados pela cidade de Pacaraima, como os serviços ofertados pelos governos (municipal, estadual e federal) para atendimento a saúde, a educação e o acesso a programas de assistência social, como o “Bolsa família”, além dos serviços financeiros oferecidos pelos bancos.

É notória e expressiva a dependência dos moradores da comunidade Nova Esperança com a cidade de Pacaraima, sendo a principal atividade de atração dessa população o comércio e o sistema bancário. Em conversa com os moradores mais antigos, apenas um relatou só ir a Pacaraima quando está doente, para se tratar no hospital da cidade, outros afirmaram frequentar mensalmente a cidade para fazer compras e para sacar seus benefícios sociais e aposentadorias na rede bancária.

Existem, também, alguns indígenas que moram na comunidade e trabalham na cidade de Pacaraima em atividades diversas. Outros moram em Pacaraima e trabalham na comunidade, como exemplo das professoras da escola indígena Arthur da Silva Pinto, pois das quatro professoras apenas uma mora na comunidade, as demais moram em Pacaraima.

A proximidade com a cidade de Pacaraima e a facilidade da rodovia, atrai novas famílias indígenas de diferentes etnias, querendo fixar moradia na comunidade Nova Esperança. Nesse caso específico existem alguns trâmites internos que a comunidade submete essas novas famílias para poder acolhê-las definitivamente.

O Linhão de Guri foi um objeto que modificou a paisagem da comunidade, tendo em vista atravessar a terra indígena com imensas torres de ferro e cabos de aço, o que também proporcionou recursos financeiros

decisivos para a desintrusão completa da terra indígena. Os programas de fiscalização e proteção da área, juntamente com os projetos financiados para produção agrícola, destacam os principais sistemas de ações voltados ao objeto para as comunidades. Logo, os sistemas envolvendo o linhão e a comunidade, refletem-se na conquista por completo do espaço indígena e no incentivo ao desenvolvimento das comunidades no entorno do linhão.

Partindo da explanação dos grandes objetos implantados na região e seus sistemas envolventes, percebe-se a mutação do espaço geográfico e a dinâmica na vida das populações envolvidas, como na comunidade Nova Esperança, que absorve diretamente a influência desses objetos artificiais em seu espaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços e territórios indígenas, que já pertenciam aos índios antes da chegada dos colonizadores, foram reconquistados, no contexto da região norte de Roraima, através que um longo período que teve início com a criação da Fazenda do Rei em meados do século XVIII, e culminou com a materialização da Terra Indígena São Marcos no ano de 1991. Nesse período surgiram grandes objetos artificiais implantados pelos homens para sanar necessidades e desenvolver a região.

Esses objetos contribuíram para transformações do espaço indígena numa escala regional, mas também influenciaram em transformações dentro das comunidades, como na comunidade indígena Nova Esperança que se encontra situada nas proximidades desses objetos (BR-174, Linhão de Guri e sede do município). A cidade de Pacaraima, por exemplo, proporciona aos indígenas compras de alimentos industrializados e animais abatidos, alterando seus hábitos tradicionais de caçar e pescar para a obtenção do alimento principal.

Os objetos geram ações que atingem

diretamente as comunidades que estão no seu entorno, seja pelo fluxo contínuo de pessoas, veículos e mercadorias, como o que a BR-174 proporciona diariamente, ou pela proximidade com a cidade fronteira de Pacaraima com suas facilidades e perigos, além das transformações destinadas pelos recursos financeiros investidos através de convênios da Eletronorte, empresa responsável pelo Linhão de Guri, que injeta anualmente verbas para execução e manutenção de projetos em diversas comunidades.

Esses objetos não têm, por si só, uma história e uma geografia se tomados isoladamente, uma vez que necessitam das relações, dos sistemas que os envolvem para torná-los significativos no espaço. A evolução histórica da região do Alto São Marcos, apresenta semelhanças com as etapas do meio geográfico descrito por Santos (2014): o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Nesse sentido, as fases pelas quais passou este espaço geográfico demonstram que objetos são implementados e podem mudar de função ou adquirir novos interesses e intenções, variação que está vinculada com o momento histórico e com os contextos social, econômico e político.

Um mesmo objeto pode ter diferentes significados em sua utilização, ou seja, pode gerar diversos fluxos envolvendo sistemas de ações de acordo com os interesses de cada usuário, como é o caso do linhão de transmissão de energia e da BR-174. Esses objetos foram implantados pelo Estado para promover um desenvolvimento estrutural e econômico da região, porém para os indígenas que vivem na Terra Indígena São Marcos, esses mesmos objetos apresentam outros significados. A exemplo do linhão de energia, não proporciona energia elétrica para as comunidades, mas possibilitou a efetiva posse das terras indígenas através da desinstituição dos fazendeiros, proveniente das indenizações custeadas pelo convênio entre a empresa que é responsável pelo linhão

(Eletronorte) com as comunidades envolvidas.

Na análise do espaço estudado na região do Alto São Marcos, fica nítida a afirmação de Santos (2014) ao propor um tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações, com a ideia de união entre a forma e o conteúdo, o processo e o resultado, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social.

## REFERÊNCIAS

ANDRELLO, G. **Fazenda São Marcos: De próprio nacional a terra indígena.** In: BARBOSA, R. I.; MELO, V. F.(Org.). Roraima: homem, ambiente e ecologia. Boa Vista: MGM gráfica, 2010, p. 67-93.

BARBOSA, R.I, 1993. **Ocupação Humana em Roraima. I. Do histórico colonial ao início do assentamento dirigido.** Bol. Museu. Emílio Goelti, Pará, série Antropoll9 (1): p.123-144.

BATISTA, A.N; VERAS, A.T.R. (Re) pensando o espaço territorial de Pacaraima. In: VERAS, A.T.R; SENHORAS, E.M. (Org.). **Pacaraima: um olhar geográfico.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2012, p. 99-118.

BATISTA, D. **O complexo da Amazônia análise do processo de desenvolvimento.** 2. ed. Manaus-AM, Editora Valer, 2007, p.319-337.

BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos.** 5. ed. Tradução: Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BETHONICO et al. Fechamento da BR-174 no trecho da Terra Indígena Waimi-Atroari – influência na dinâmica econômica do município de Rorainópolis/RR. In: BETHONICO, M.B.M; SOUZA, V. (Org.). **Rorainópolis: um olhar geográfico.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2014, p.185-224.

BIBLIOTECA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA (Brasil). **Ata conjunta do planalto**: 20 maio de 1996, BRASÍLIA, 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>> Acesso em 05 abr. 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Decreto nº 312, 29 de outubro de 1991. Dispõe sobre a Homologação da Terra Indígena São Marcos. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d312.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d312.htm)> Acesso em: 19 mai. 2016.

Brasil. Leis. **Legislação indigenista**. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Livros/Coletanea-da-Legislacao-Indigenista-Brasileira>> Acesso em 13 nov. 2017.

CIRINO, C.A.M. As fazendas reais do vale do Vale do Rio Branco. In: MAGALHÃES, M. G. S. D.; JUNIOR, A. A. L. (Org.). **Desenvolvimento Regional da Amazônia**: limites e possibilidades. Boa Vista: Editora da UFRR; 2015.

COHN, S. **Encontros**: Ailton Krenak. Rio de Janeiro: Azougue editora, 2015.

FARAGE, N. **As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FARAGE, N.; SATILLI, P. Estado de Sítio: Territórios e identidades no vale do Rio Branco. In: CUNHA, M.C. **História do índio no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

FHC inaugura interligação elétrica com Venezuela. **Jornal o ESTADÃO**, São Paulo, 12/08/2001, Caderno de Política, online Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fhc-inaugura-interligacao-eletrica-com-venezuela,20010812p39284>,> Acesso em: 05 mai. 2017.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI.

**Legislação e jurisprudência indígenas**. Brasília: MINTER, 1983.

\_\_\_\_\_. **Levantamento etnoecológico em terras indígenas na Amazônia brasileira**: uma metodologia. FUNAI/PPTAL, 2004.

\_\_\_\_\_. **Censo de 2010**. Disponível em <[www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)>. Acesso em: 25 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Terras indígenas**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em: 20 abr. 2016.

FRANK.E.H.; CIRINO.C.A. Des-terroitorialização dos indígenas de Roraima: uma revisão crítica. In: BARBOSA, R. I; MELO, V. F. (Org.). **Roraima**: homem, ambiente e ecologia. Boa Vista: MGM gráfica, 2010, p. 11-34.

GALVÃO, T.G. A história das relações entre Brasil, Venezuela e Guiana: Boa Vista como “cidade-pivô” na integração da América do Sul. In MAGALHÃES, M. G. S. D.; SOUZA, C.M. (Org.). **Roraima/Boa Vista**: temas sobre o regional e o local. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012, p. 217-241.

HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados demográficos**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. População indígena do Brasil. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?idnoticia=2194&view=noticia>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas**. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

LOBO D'ALMADA, M. G. Descrição Relativa ao Rio Branco e seu Território, Ann de 1787. In: **Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil**. Primeiro trimestre, Rio de Janeiro:1861.

MAGALHÃES, M. G. S. D. **Amazônia o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988**. Boa Vista-RR, Editora da UFRR, 2008.

MANDUCA, L. S; SILVA, N. M; ALMEIDA, F.T. **Atlas escolar: Terra indígena São Marcos**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2009.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1998. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto>> Acesso em 15 nov. 2017.

REPETTO, M. Derechos indígenas y grandes proyectos de desarrollo: Guri, lalinea de transmisión eléctrica Venezuela – Brasil. In: **I Seminário Latino-Americano “Antropologia de Fronteiras”**. DF, Universidade de Brasília, 1999.

ROCHA, V. B.; SILVA, P. R. S. Pacaraima no Contexto Regional Fronteiriço – Brasil/Venezuela. In: VERAS, A.T.R.; SENHORAS, E.M. (Org.). **Pacaraima: Um Olhar Geográfico**. Boa Vista-RR, Editora da UFRR, 2012. Coleção Comunicação e Políticas Públicas.

SANTILLI, P. **Pemongon Tapá, território Macuxi, rota de conflito**. São Paulo: Editora: UNESCO, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 377 p.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 118 p.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.